



ACÓRDÃO Nº944/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 2347/2013.

Apensos: Processo nº 2346/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Advogado: Edmárie de Jesus Cavalcante - OAB/AM N.º 3351 e Glaucio Bessa de Andrade Figueira - 4993

4- Órgão: Secretaria Municipal de Educação – SEMED

5- Exercício: 2012

6- Responsável: Mauro Giovanni Lippi Filho (Ordenador de Despesa)

7- Unidade Técnica: DICAD/MA E DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2518/2018-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Exercício de 2012.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, relativa ao exercício de 2012, do **Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho**, ex-Secretário e Ordenador de Despesa, face as impropriedades com grave infração a norma legal nº 03, 10-13 e nos do relatório 26/2016-DICAD/MA e daquelas constantes no Relatório 70/2018 da DICOP.

10.2. Considerar em Alcance o **Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho**, ex-Secretário da SEMED, solidariamente, **Sr. Raimundo Fábio Moreira da Silvano**, Fiscal de Obra da SEMINF, **Sr. Claudionildo Telles Batalha**, Fiscal de Obras da SEMINF, **Sr. Raimundo Fábio Moreira da Silva**, Fiscal da SEMINF, **Sr. Nakagami Braule Pinto**, Fiscal da



ACÓRDÃO Nº944/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

SEMINF, e a Construtora MP, no valor de **R\$ 23.807,55 (vinte e três mil, oitocentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos)** que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Secretaria Municipal de Educação – SEMED pelas impropriedades relacionadas no Contrato 004/2012, conforme análise do Órgão Técnico nº 70/2018 da DICOP.

- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho**, ex-Secretário da SEMED, solidariamente, **Sr. Raimundo Fábio Moreira da Silvano**, Fiscal de Obra da SEMINF, **Sr. Rondinele da Silva Brito**, Fiscal de Obras da SEMINF, **Sr. Sergio Edgar Vieira da Rocha**, Fiscal da SEMINF, **Sr. Douglas da Costa Michele**, Fiscal da SEMINF e a Construtora LCV da Conceição no valor de **R\$ 114.728,78 (Cento e quatorze mil, setecentos e vinte e oito reais e setenta e oito centavos)** que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Secretaria Municipal de Educação – SEMED pelas impropriedades relacionadas no Contrato 008/2012, conforme análise do Órgão Técnico nº 70/2018 da DICOP.
- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho**, ex-Secretário e Ordenador de Despesa, exercício de 2012, no **valor de R\$ 43.841,28 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos)**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, face as irregularidades com grave infração à norma legal (restrição nº 03, Informação Conclusiva nº 35/2016 - fls. 456-466, vol. 03) e pelas irregularidades na execução do Contrato nº 136/2010 analisadas pela DICOP nos Relatórios nº 20/2017, fls. 470-475, e o complementar nº 70/2018-DICOP, fls. 487-588;
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno para remeter os autos à DICREX para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma



ACÓRDÃO Nº944/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Resolução;

10.6. Determinar à atual administração, sob pena das contas do próximo exercício serem julgadas irregulares, nos termos do artigo 22, III, “b” e “c”, da Lei estadual n.º 2.423/96, que:

10.6.1. melhore os seus controles na ocasião dos atestos em Notais Fiscais, observando os critérios estabelecidos nos contratos.

10.6.2. respectivos processos de Adiantamentos sejam finalizados com a devida responsabilização ou não do servidor e em caso, de ausência de regularização que sejam inscritos na Dívida Ativa do Município.

10.6.3. proceda o levantamento e escrituração de todos os bens existentes dentro de sua jurisdição para que as designações genéricas de bens não existam nos Demonstrativos Contábeis.

10.6.4. Obedecer os ditames do Decreto 0998/2011 na ocasião das concessões de diárias

10.6.5. evite o remanejamento de profissionais do magistério para atividades que não estejam ligadas a sua atividade finalística.

10.6.6. não atrase o envio das informações ao sistema E-Contas, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução 07/02-TCE, c/c Resolução 10/2012-TCE/AM;

10.6.7. observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

11- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 18 de Dezembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº944/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro (art. 65 do Regimento Interno).

13.2. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral